

A ousadia da luta é o combustível da conquista!

Esta edição do **Adunesp Informa** traz as primeiras análises feitas nas plenárias da entidade e em reuniões do Fórum das Seis e aponta as perspectivas para o próximo período (reabertura das negociações, campanha pela não punição, reajuste salarial no segundo semestre, luta por mais verbas, LDO 2008 e outros). Obtivemos avanços, mas ainda temos muito a conquistar!

A edição traz matérias importantes sobre fatos como a lamentável entrada da tropa de choque da PM em Araraquara (págs. 10 e 11) e o seu significado para a Universidade, avalia o Decreto Declaratório 1, a LDO 2008, a aprovação da SPPrev etc.



Fotos de capa:
ato em 31 de maio/2007



Fórum quer reabertura de negociações e pede parcela fixa, já!

Página 4

Adunesp realiza eleições nos dias 21 a 23 de agosto

Página 5

Araraquara: Truculência inaceitável, debate necessário

Página 10

O que é diálogo? O que é violência?

Na pág. 11, entrevista com a socióloga e professora da Unesp Maria Orlanda Pinassi





UM PRIMEIRO BALANÇO

O recuo do governo e dos reitores, as conquistas que tivemos e o que vem por aí

Terminada a greve nos três segmentos e as ocupações estudantis, é hora de um primeiro balanço do movimento. Professores, servidores e estudantes, em cada local de trabalho, devem estar se perguntando: saímos vitoriosos dessa jornada de lutas? O que mudou em relação aos problemas que apontávamos no início do movimento, como é o caso da questão salarial, dos decretos do governo Serra, das reivindicações estudantis etc?

Esta edição do **Adunesp Informa** não pretende fechar posição so-

bre essas questões, mas propõe-se contribuir para o debate, explicitando as primeiras análises feitas nas plenárias da entidade e em reuniões do Fórum das Seis e apontando as perspectivas para o próximo período (reabertura das negociações, campanha pela não punição, reajuste salarial no segundo semestre, luta por mais verbas, LDO 2008 e outros). Além disso, a edição traz matérias importantes sobre fatos como a lamentável entrada da



tropa de choque da PM em Araquara (páginas 10 e 11) e o seu significado para a Universidade, LDO 2008, SPPrev etc.

Como a Adunesp bem apontou em seus informativos, os caminhos trilhados nesta data-base já se desenharam no primeiro dia de 2007. Por meio de decretos – expediente muito usual no período da dita-

dura militar – o governo Serra explicitou seu projeto para a educação pública e, em particular, para as universidades estaduais paulistas. A leitura inicial dos decretos já indicava a violência do ataque e o tamanho da crise que se avizinhava: sem reação da comunidade acadêmica, o governo passaria a controlar as universidades, por meio da ingerência em seus gastos e da ação direta da recém-criada Secretaria de Ensino Superior. Com Serra, as universidades começavam a sofrer os maiores ataques de todos os tempos, com o nítido objetivo de quebrar uma autonomia que, se bem seja insuficiente, vem sendo modelo para o restante do ensino superior público do país.

Da indignação com os decretos e da omissão das reitorias frente aos ataques de Serra, brotou a primeira reação de peso: a ocupação da reitoria da USP pelos estudantes no dia 3 de maio. Esse fato é, sem dúvida, o farol do movimento deste ano nas universidades. Antes disso, no final de março, os alunos da Unicamp já haviam



Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.
Adunesp S. Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Júnior (Presidente, FC/Baururu), Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (Vice-presidente, FFC/Marília), João da Costa Chaves Júnior (Secretário-geral, FCL/Assis), Maria Aparecida Segatto Muranaka (Vice-secretária, IB/Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Tesoureiro-geral, FE/Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Vice-tesoureiro, IB/Rio Claro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

Passeata em 31 de maio: frente à ação policial, estudante mostra sua arma





protagonizado uma ocupação, exigindo o atendimento de sua pauta específica, particularmente quanto à moradia.

A partir daí, desencadearam-se várias ocupações em diversas unidades da Unesp e uma segunda na Unicamp, no dia 18 de junho, bem como a deflagração da greve nos três segmentos.

Em relação a este importante ponto, não há dúvida de que as ocupações estudantis e a greve conseguiram um recuo significativo do governo. Embora os decretos não tenham sido revogados, Serra viu-se obrigado – não por acaso às vésperas da grande passeata de 31 de maio – a emitir o inédito Decreto Declaratório nº 1 (*leia mais na página 6*), que tinha como objetivo explicar que as intenções iniciais foram revistas. Embora muito significativo, pois é produto direto da mobilização, esse recuo do governo não pode ser comemorado como uma vitória definitiva. Ao contrário dos reitores, que parecem dormir em berço esplêndido, sabemos que a vigilância deve ser permanente.

Assim, a Adunesp permanecerá mobilizada e acompanhando os próximos atos do governo: possíveis contingenciamentos de recursos, intromissão no remanejamento de verbas, desconto da contribuição previdenciária antes do repasse dos 9,57% (*veja matéria sobre a SPPrev nas págs. 12 e 13*) etc. Além, é claro, de acompanhar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que já esta tramitando (*pág. 6*).

Outro aspecto importante nos últimos acontecimentos foi a rearticulação do movimento estudantil na USP, Unesp e Unicamp. Sem dúvida alguma, a reação estudantil pautou a imprensa em âmbito local, estadual e nacional, sendo um diferencial político nesta greve. Este fato também deu asas ao reaparecimento de setores de direita nas três universidades que, por não entenderem que a violência maior foi do governador Serra, ao publicar os decretos, tentaram criminalizar o movimento, chegando ao extremo de acionar a tropa de choque da PM, como ocor-

reu no campus da Unesp em Araraquara. Antes, durante e depois dos acontecimentos, a Adunesp esteve sempre presente na busca do diálogo entre as partes, o que originou uma reunião na Prefeitura de Araraquara, com a presença do prefeito, reitor, diretor da FCL, estudantes e sindicatos (*confira na pág. 10*).

Em relação aos ganhos salariais, a Adunesp também vê avanços. Na tentativa de conter o movimento, o Cruesp concedeu, já na segunda rodada de negociações com o Fórum das Seis, a reposição da inflação, segundo a FIPE, dos últimos 12 meses (3,37%).

No dia 6 de junho, frente à continuidade da greve, pela primeira vez os reitores apresentaram uma proposta de política salarial, com uma fórmula vinculada à arrecadação anual do ICMS, que poderá redundar na concessão de uma parcela fixa (o Fórum reivindica R\$ 200,00, já).

Também agora, vale o velho e sempre atual bordão: a luta continua. O combate aos decretos e a mobilização de professores e servidores pelo reajuste sala-

rial não conseguiram, ainda que com greve, a conquista do aumento de verbas para as universidades, uma batalha contínua nos últimos anos. Portanto, é preciso manter a mobilização e ações na LDO/2008, principalmente na Unesp, que fez uma expansão de vagas irresponsável nos últimos anos. Também é necessária a reabertura imediata de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, para tratarmos de assuntos relevantes às três categorias: salário, permanência estudantil, terceirizações, hospitais universitários, não punição dos que lutam por mais verbas e pela autonomia, vinculação do Centro Paula Souza à Unesp.

A Adunesp parabeniza os docentes que ingressaram na luta ao lado dos servidores e dos estudantes. Ainda que a greve não tenha sido generalizada (entre os docentes, sete *campi* aderiram), ela foi bastante combativa nas unidades em que a categoria entendeu a necessidade de reagir contra a política destrutiva do governo Serra e dos reitores.

A ousadia da luta é o combustível da conquista !

Setores de direita nas três universidades não entenderem que a violência maior foi do governador Serra, ao publicar os decretos, e tentaram criminalizar o movimento.



O SALDO ECONÔMICO DA GREVE

Fórum quer reabertura de negociações e pede parcela fixa já

Com a suspensão da quarta rodada de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, marcada para o dia 18 de junho (que teve como pretexto, por parte dos reitores, a ocupação de uma diretoria da Unicamp pelos estudantes), a última proposta é aquela apresentada na reunião anterior, em 6 de junho.

Pela primeira vez, os reitores concordaram em formalizar uma proposta de política salarial, que contém a possibilidade de concessão de reajuste em forma de parcela fixa (a reivindicação

é de R\$ 200,00 para todos), condicionada à arrecadação do ICMS. Se os valores arrecadados forem superiores à previsão do governo, a negociação prevista para outubro poderá contemplar a parcela fixa.

Os reitores propõem o seguinte:

- Reajuste imediato de 3,37%;
- Reajuste além dos 3,37% se a arrecadação do ICMS ultrapassar R\$ 43,25 bilhões (previsão oficial) da seguinte forma:

- 1) Para uma arrecadação do ICMS no intervalo entre a estimativa do governo de R\$ 43,25 bilhões e a estimativa máxima do Cruesp de R\$ 43,62 bilhões, haverá negociação em outubro;
- 2) Para a parcela da arrecadação que ultrapassar R\$ 43,62 bilhões, os reitores propõem que 75% sejam destinados à

parcela fixa de salário, 5% para políticas de permanência estudantil e 20% para investimento em infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão.



Ato durante a entrega da pauta, na Unicamp, no dia 17 de abril. No destaque, o presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Júnior, fala aos manifestantes



Fórum tem nova coordenação

Em sua reunião de 3 de julho, o Fórum das Seis aprovou a troca de sua coordenação, até então nas mãos da Associação dos Docentes da USP (Adusp). A partir de agora, os companheiros da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) passam a responder pela coordenação.



Os representantes do Fórum das Seis durante a entrega da pauta unificada ao presidente do Cruesp (ao centro), professor Tadeu Jorge, em 17 de abril

Ofício pede reabertura das negociações

Em sua reunião do dia 3 de julho, uma das deliberações do Fórum foi o encaminhamento de um ofício ao Cruesp, reafirmando a necessidade de reabertura das negociações. O Fórum pede que seja retomada com urgência a discussão que estava em pauta na reunião que foi suspensa unilateralmente pelo Cruesp no dia 18 de junho:

1 - Salários;

- 2 - Políticas de permanência estudantil (gratuidade ativa);
- 3 - Acordo de não punição a estudantes e trabalhadores que realizaram greve e/ou ocupação;
- 4 - Terceirização e precarização do trabalho;
- 5 - Hospitais Universitários;
- 6 - Manutenção e aprofundamento do vínculo entre o Centro Paula Souza e a Unesp;
- 7 - Decreto Declaratório nº 1.

Plenária da Adunesp reafirma: "Reposição com qualidade" e "nenhuma punição aos que lutam pela universidade"

Em sua reunião do dia 3 de julho, o Fórum das Seis reafirmou a posição do movimento de rejeitar qualquer punição aos estudantes, professores e servidores que entraram na luta neste ano. "Nenhuma punição aos que lutam pela autonomia universitária e em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos" é o lema da campanha que se inicia agora.

Em sua plenária do dia 27 de junho, a Adunesp já havia discutido a necessidade de acompanhar de perto o retorno às atividades, no sentido de garantir que não haja qualquer retaliação a estudantes, professores e servidores que saíram em luta. Qualquer fato nesse sentido deve ser denunciado à Adunesp imediatamente.

A plenária também reiterou

seu repúdio à entrada da tropa de choque em Araraquara e espera que nada sequer parecido venha a ocorrer novamente (leia mais nas páginas 10). Vale destacar a palavra empenhada pelo reitor Marcos Macari publicamente em Araraquara, no dia 25 de junho, de que não haverá qualquer tipo de punição ou retaliação na Unesp.

Na próxima negociação com o Cruesp, o Fórum vai cobrar que essa garantia seja formalizada.

Outro ponto debatido na plenária da Adunesp foi o reforço da postura histórica da entidade: a reposição das aulas nas unidades em que houve greve deve ser feita com qualidade e seriedade, assim como ocorreu em outros movimentos, sempre em respeito às especificidades de cada unidade.

FORTALECER A ENTIDADE

Nova diretoria será eleita de 21 a 23 de agosto

ADUNESP PRESENTE

A plenária da Adunesp realizada no dia 27 de junho discutiu e aprovou o novo calendário eleitoral para a entidade, já que não houve inscrição de chapas no calendário anterior. Diante disso e também considerando o momento pós-greve, a plenária prorrogou o mandato da atual diretoria até 08/09/2007. As eleições que definirão a nova diretoria para o biênio 2007/2009 estão marcadas para 21 a 23 de agosto. O prazo para a inscrição de chapas (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Vice-Secretário, Tesoureiro Geral e Vice-Tesoureiro) encerra-se em 3 de agosto, na secretaria da Adunesp.

Para mais detalhes

... sobre o Regimento Eleitoral e outros documentos relativos às eleições, consulte a página da Adunesp (www.adunesp.org.br).

O calendário

Até as 17h de 3/8 – Registro de chapas na secretaria da Adunesp.
Até 8/8 – Encaminhamento de documentos dos candidatos à CEC
Até 10/8 – Prazo para recompor a chapa em caso de impugnação
Até 10/8 – Entrega da listagem completa dos associados
Até 14/8 – Homologação das chapas
Até 14/8 – Prazo para envio da composição das Comissões Eleitorais Locais (CEL) para a Comissão Eleitoral Central (CEC)
21 a 23/8 – Eleições
24/8 – Apuração dos votos
Até as 13h de 27/8 – Envio da apuração de votos à CEC (por fax)
28/8 – Divulgação dos resultados
Até as 12h de 30/8 – Prazo para recursos
Até 31/8 – Os materiais da eleição deverão ser encaminhados à Adunesp.
3/9 – Proclamação da chapa vencedora
9/9 – Posse da nova diretoria

Revista dos 30 anos

Durante a posse da nova diretoria, deve ser lançada a revista dos 30 anos da Adunesp, que trará um resgate dos principais fatos que marcaram a vida da entidade, da categoria e da Universidade na última década. A publicação se somará à revista dos 20 anos, lançada em 1996, que registrou o período anterior.

VI Congresso

Em 2007, também acontece o VI Congresso da Adunesp, que será realizado em Marília. O V Congresso aconteceu em Assis e discutiu questões importantes, como a organização da categoria, conjuntura, plano de lutas e outros. O VI Congresso acontecerá num ano marcado por ataques à autonomia e ao modelo de universidade que defendemos, bem como pela reação vigorosa da comunidade acadêmica.

Em breve, serão divulgados local, data, temas e critérios de participação no VI Congresso. Fique atento.

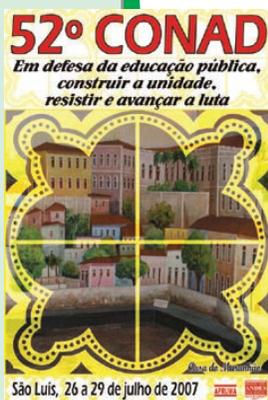
Adunesp participa do 52º Conad

De 26 a 29 de julho de 2007, acontece em São Luís (MA) o 52º Conad, instância de discussão e deliberação do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN). O tema central do evento é “Em defesa da educação pública, construir a unidade, resistir e avançar a luta”.

Em plenária realizada no dia 27 de junho, a Adunesp indicou seus representantes: João da Costa Chaves Júnior, de Assis, será o delegado da entidade. Como observadores, estão inscritos os companheiros Antônio Luís de Andrade (Tato), de Presidente Prudente, e Carlos Alberto Anaruma, de Rio Claro.

O debate deve girar em torno dos seguintes temas:

- Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do Andes-SN frente às centralidades estabelecidas no 26º Congresso;
- Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores;
- Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores;
- Questões organizativas e financeiras do Andes-SN.



Fatecs dentro da Unesp: um novo ingrediente no modelo tucano de expansão

De 2002 para cá, as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps) vêm sofrendo um processo de expansão bastante questionável.

Na Unesp, por exemplo, a expansão de vagas e de cursos veio acompanhada da criação de sete novas unidades, sem nenhuma garantia permanente de verbas. A situação precária das novas unidades, hoje, é o retrato triste da irresponsável política das administrações anteriores da Universidade.

No Centro Paula Souza, o governo tucano fez da inauguração de escolas técnicas e faculdades de tecnologias (as Fatecs) um de seus principais trunfos eleitorais nas eleições de 2002, 2004 e

2006. De 100 unidades em 2002, o Ceeteps passou para 167, no início de 2007. E o número não pára de crescer. Isso não significa, no entanto, um avanço para a sociedade paulista. A maior parte das novas unidades funciona precariamente, em prédios improvisados, sem recursos humanos e materiais adequados.

Criativo, o governo tucano vai apresentando novos caminhos para a expansão. A Adunesp tem conhecimento de que vários *campi* da Unesp estão cedendo espaço para que sejam ministrados cursos superiores de tecnologia. O Ceeteps entra com os professores e os funcionários. O governo, por sua vez, passa a contabilizar uma “nova” Fatec.

A Adunesp está solicitando uma reunião urgente com a reitoria, com o objetivo de cobrar os devidos esclarecimentos.

LUTA CONTRA OS DECRETOS

Desembargador do TJ-SP diz que Secretaria de Ensino Superior é ilegal, mas nega liminar

O desembargador Palma Bisson, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), afirmou que os decretos 51.460 e 51.461, de 2007, baixados pelo governo Serra em seus primeiros dias de governo, são inconstitucionais. Os decretos criaram a Secretaria de Ensino

O que diz a ADIN

Na ADIN, os partidos alegam que a criação da secretaria violou a Constituição Estadual, “já que somente por lei, nunca por decreto, se poderia criá-la”. Ainda de acordo com o partido, a vinculação das universidades paulistas à secretaria fere o princípio da autonomia universitária.

A alegação do governo, de que não havia criado nada, mas apenas transformado a Secretaria de Turismo, já existente, em Secretaria de Ensino Superior, não se sustenta. “Turismo nada tem a ver com ensino superior. Diferem uma coisa da outra como água do vinho, evidentemente”, diz o texto da ADIN.

O mérito

Embora tenha negado a liminar, o parecer do desembargador sinaliza com o entendimento que pode prevalecer no tribunal quando o mérito da ADIN for julgado. O julgamento é feito no colégio de desembargadores, um órgão especial formado pelos 25 desembargadores mais antigos do TJ.

Obviamente, questões como a rapidez do julgamento e se será mantido ou não o parecer estão sujeitas a um jogo político que transcende a Justiça. Por enquanto, o governo tenta minimizar o impacto da declaração do TJ e não entra diretamente no debate. “A sólida orientação jurídica seguida pelo governo do Estado será mantida”, limitou-se a dizer o Procurador Geral do Estado, Marcos Nusdeo (*O Estado de S. Paulo*, 22/6/2007).

Para relembrar...

O que dizem os decretos

As primeiras medidas de José Serra à frente do Palácio dos Bandeirantes tiveram as universidades estaduais paulistas como alvo. Ainda em meio aos festejos da posse, o governador surpreendeu a comunidade universitária com uma série de decretos (51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660, dentre outros). Em resumo, eles fragmentam ainda mais a área da educação (as universidades ficam na Secretaria de Ensino Superior, também criada por decreto; a educação básica na Secretaria da Educação; o Centro Paula Souza, com suas escolas técnicas e faculdade de tecnologia, na Secretaria de Desenvolvimento). Os decretos também atacam frontalmente a autonomia das universidades (gastos, remanejamentos de verbas e demais decisões, como a contratação de pessoal, ficam sob o crivo direto do governo) etc.

A reação aos decretos acabou sendo um dos principais elementos da mobilização deste ano. A forte reação da comunidade acadêmica, inclusive, levou o governador a recuar parcialmente.

O que prevê o Decreto Declaratório n° 1

No dia 30 de maio, véspera de uma grande passeata realizada por estudantes, professores e servidores em São Paulo, o Diário Oficial trouxe a publicação, a pedido do governo Serra, do Decreto Declaratório n° 1. Nele, o governo reescreve parte dos decretos anteriormente divulgados, embora não os revogue. O Decreto Declaratório, uma novidade jurídica instituída por Serra, reafirma o seguinte:



A luta contra os decretos de Serra esteve no centro do movimento neste ano

Superior e vincularam a ela as universidades estaduais paulistas.

A declaração de Bisson é uma resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada por dois partidos, o PT e o PSOL. “Somente por lei da iniciativa do governador, portanto, via Assembleia Legislativa, vale dizer, mediante obrigatória observação do processo legislativo, podem ser criadas e extintas secretarias de Estado”, disse (*Folha de S. Paulo*, 22/6/2007).

Embora considere que uma secretaria de Estado só pode ser criada por lei, o que torna os decretos ilegais, o desembargador do TJ negou o pedido de liminar. “Fico com a forte impressão de que o decreto declaratório em questão, por assim dizer, extrapolou o reforço a que se propôs, chegando mesmo a esvaziar a real utilidade da Secretaria de Educação Superior e o perigo que a criação dela representava à autonomia universitária”, concluiu o magistrado (*Folha, idem*).





- Manutenção da verba em contas específicas de cada universidade, na Nossa Caixa, mas com a publicação diária no SIAFEM, como previsto no decreto 51.636 (ressalte-se que a Adunesp e o Fórum das Seis não vêem problemas na publicação diária, pois isso reafirma a transparência);
- Possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente;
- Não se aplicam às universidades os decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedam a contratação de pessoal e contingenciam verbas. Diz que não se aplica às universidades a comissão de política salarial, reafirmando a negociação salarial entre o Fórum e o Cruesp;
- Modifica a redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que cria a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão “pesquisa operacional” e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Mantém a idéia de “formas alternativas de formação em nível superior”, porém, garantindo a deliberação interna na universidade;
- Retira os artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria de Ensino Superior nas universidades.

Embora considere tais medidas um recuo do governo, produto direto e incontestável do movimento de greve dos três segmentos, a Adunesp ainda vê problemas. A manutenção dos decretos 51.460 e 51.461, por exemplo, significa a intenção política do governo de fragmentar os diferentes níveis de ensino, ferindo a autonomia universitária ao deixar em diferentes secretarias as três universidades, o Centro Paula Souza e a educação básica.

Por outro lado, fica mantida a Secretaria de Ensino Superior (ainda que sejam retirados os artigos 20 e 24), deixando em aberto qual será a sua relação política, educacional e administrativa com as universidades. A não revogação dos decretos também abre espaço para que o governador, numa situação política que considere mais favorável ao governo, volte a enquadrar as universidades. Portanto, permanece a reivindicação de revogação integral dos decretos!

LUTA POR MAIS VERBAS

Fórum apresenta emendas pelo aumento de recursos

Proposta de Serra mantém os 9,57% do ICMS

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, enviado pelo governo Serra à Assembleia Legislativa, ignora toda a ampliação de vagas e de unidades nas universidades estaduais paulistas e propõe que seja destinado a elas o mesmo percentual dos últimos anos: 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Neste ano, o governo tomou o cuidado de retirar do texto a expressão “no mínimo 9,57%”, o que significa que não haverá um centavo a mais do que o proposto. A possibilidade de verba extra-



cota para a expansão dependerá, exclusivamente, da “boa” vontade do governo. No caso da Unesp, que mergulhou fundo no plano de expansão tucano, com a criação de sete novos campi e vários cursos, a situação pode se agravar ainda mais a partir de 2008.

Para os empresários, isenção fiscal

Enquanto arrocha a educação e a saúde, o projeto de Serra para a LDO 2008 é bastante generoso com os empresários. Está prevista, legalmente, uma perda de cerca de 7,8% da arrecadação geral do estado (quase o orçamento anual das universi-

dades), a título de isenção de impostos. Outra picaretagem é a legalização do pagamento dos aposentados com recursos da educação ativa.

Emendas pela educação

No total, foram apresentadas 72 emendas à LDO 2008 relacionadas às universidades

e à educação de um modo geral. As emendas encaminhadas pelo Fórum das Seis pedem o repasse de 33% do total de receitas do Estado para o conjunto da educação, aí incluídos 11,6% do ICMS às universidades e dotação de 2,1% do ICMS ao Centro Paula Souza.

Outra preocupação do Fórum é o artigo 28 da LDO, que prevê o desconto previdenciário aprovado na SPPrev (*leia matéria nas páginas 12 e 13*), de 22%, antes do repasse dos 9,57% às universidades. Na prática, isso pode significar o colapso financeiro destas instituições.

A luta na LDO, assim como vem acontecendo nos últimos anos, é parte da nossa agenda também agora. Somente o poder da mobilização e ação organizada da comunidade acadêmica (professores, funcionários e estudantes) das três universidades paulistas, em articulação com o funcionalismo público, poderá impor um freio a Serra. Trata-se de um governo que, amparado na vitória obtida ainda em primeiro turno, procura impor sua política de corte nos serviços essenciais (saúde, educação), aperto sobre os servidores (arrocho salarial, prejuízos com a SPPrev) e favorecimento dos grandes grupos econômicos (através de isenções de impostos, cumplicidade com a sonegação, abertura de “mercado” aos bancos com a reforma previdenciária etc).

Confira a íntegra das emendas apresentadas pelo Fórum em www.adunesp.org.br

Denúncia de deputados aponta desvio de R\$ 148,4 milhões das universidades de 2003 a 2006

Um estudo apresentado pela bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo mostra que, de 2003 a 2006, o governo paulista deixou de repassar às universidades estaduais um volume de R\$ 148,4 milhões, relativos ao excedente mensal do ICMS. Somente nos três primeiros meses de 2006, o montante chega a R\$ 32,2 milhões.

Os valores dos orçamentos das universidades são fixados na Lei Orçamentária (LO) do Estado, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar o percentual global de 9,57% do ICMS arrecadado, no mês de referência. De acordo com o estudo, em 2006, na prática, esse percentual correspondeu a apenas 9,33%, ou seja, R\$ 105,1 milhões a menos para as universidades.

Vanguarda do movimento em 2007, luta dos alunos impulsiona reorganização estudantil nas universidades estaduais

Ocupações e greves encostaram Serra na parede, forçaram os reitores a negociar a assistência estudantil e estimularam a mobilização entre docentes e funcionários. A luta continua: por mais conquistas e contra qualquer tipo de repressão

A data-base 2007 teve um componente diferenciado dos anos anteriores. Neste ano, coube aos estudantes serem o farol da mobilização na Unesp, USP e Unicamp. Sua luta foi decisiva para as conquistas parciais que obtivemos até o momento, particularmente os recuos de Serra em relação aos decretos, como mostra matéria na página 6 desta edição.

“A rearticulação do movimento estudantil nas universidades estaduais é outro saldo importante, que aponta para um salto de qualidade na luta futura em defesa da educação pública no estado de São Paulo”, avalia o presidente da Adunesp, o



Na passeata de 31 de maio, os estudantes da Unesp foram presença de peso

professor Milton Vieira do Prado Júnior. Para ele, não resta dúvida de que o ressurgimento do movimento estudantil pautou a imprensa em âmbito local, estadual e nacional.

A ocupação na USP

Sem sombra de dúvida, os 50 dias de ocupação da reitoria da USP pelos estudantes (de 3 de maio a 22 de junho) foram o fato político mais importante do movimento neste ano. Com a realização de grandes assembleias no *campus*, que chegaram a contar com mais de duas mil pessoas, eles concordaram em encerrar a ocupação após a assinatura de um acordo com a reitora Suely Vilela, que contemplou parte de suas reivindicações (especialmente em relação à moradia, acesso ao campus nos finais de semana etc) e a garantia de não punição. No mesmo dia, os servido-

res da USP, que apoiaram a ocupação desde o primeiro momento, também aprovaram a saída.

A ocupação na USP transformou-se num símbolo da luta contra os ataques do recém-empossado José Serra às universidades estaduais paulistas e estimularam os estudantes da Unesp, da Unicamp e de várias universidades públicas do país. No início da ocupação, o governo chegou a ameaçar com o uso da força policial, mas recuou diante da repercussão do movimento. Naquele momento, entidades sindicais, estudantis e populares de todo o país, entre elas a Adunesp, divulgaram moções de apoio aos estudantes e de repúdio a qualquer ação policial.

Na Unicamp

Entre os dias 27 e 30 de março, cerca de 300 estudantes já haviam ocupado o



USP, 31 de maio de 2007

prédio da reitoria, reivindicando melhorias na moradia estudantil, e só saíram do local após concessões importantes.

Durante a negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, no dia 18/6, os alunos da Unicamp decidiram ocupar a Diretoria Acadêmica, deixando o local no dia 28.

Reorganização na Unesp

Várias manifestações, paralisações parciais e ocupações de diretorias ocorreram na Unesp.

Entre os dias 15 e 21 de maio, alunos de Marília ocuparam a diretoria da unidade, em protesto contra os decretos de Serra e pelo atendimento de suas reivindicações específicas. A desocupação, em assembleia que reuniu mais de 600 pessoas, foi decidida como passo inicial da greve conjunta com docentes e funcionários, a partir de 25 de maio.

Em Ilha Solteira, os estudantes chegaram a ocupar algumas salas de aula e enviaram uma pauta de reivindicações à reitoria da Unesp. Também ocorreram ocupações, todas elas pacíficas, no Instituto de Artes e nos *campi* de Presidente Prudente, Assis, Rio, Claro, Ourinhos, Franca e Araraquara. Neste último, um fato lamentável foi registrado: a invasão policial, na calada da madrugada, a pedido do diretor da FCL, professor Cláudio Gomide (*veja matéria na página seguinte*).

Nos *campi* experimentais (ex-unidades diferenciadas), não foi só Ourinhos que contou com a mobilização dos estudantes. Sob o impacto da herança da improvisada expansão de vagas na Unesp, iniciada em 2002, estas unidades vivem hoje situações que

beiram o caos. O governo estadual deixou de repassar verbas destinadas à expansão, em algumas cidades as prefeituras locais não cumprem sua parte nos convênios, faltam condições mínimas de funcionamento e várias disciplinas não têm professor, buraco muitas vezes coberto com a contratação de substitutos, além da falta de democracia na eleição de dirigentes, representantes docentes e nas ações administrativas. Neste ano, houve passeatas e manifestações de alunos em Registro e Rosana. Numa das faixas carregadas em Registro, em passeata no dia de abril, uma frase reveladora: “Unesp no Vale: verdade ou ilusão?”

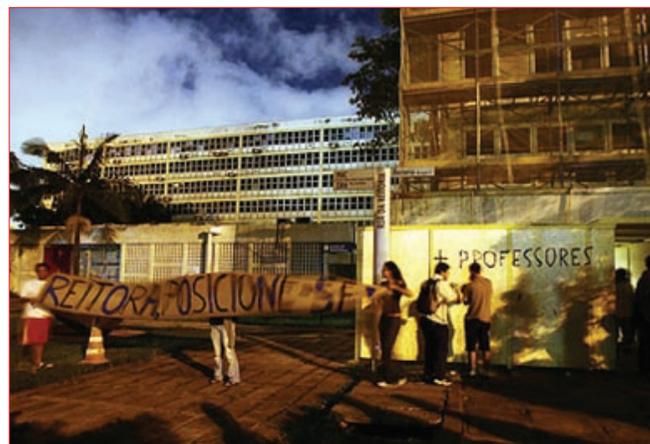
Apoio generalizado

A iniciativa dos alunos das estaduais paulistas estimulou o movimento estudantil em todo o país. Várias ocupações foram realizadas em universidades federais (Pernambuco, RS, Maranhão, Federal Fluminense, Alagoas, Santa Maria, Pará, Espírito Santo), todas elas questionando a falta de verbas para a educação pública, a reforma universitária do governo Lula, a precariedade da assistência estudantil etc.

Durante o movimento, entidades de peso do movimento sindical e popular solidarizaram-se com os alunos. A seguir, confira um trecho da moção enviada pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN):

“(...) Está em andamento no Brasil um projeto de reordenamento do papel da educação superior e da ciência, de caráter

tipicamente colonial. Amplia-se nas esferas decisórias da política nacional a idéia de que não cabe ao país atuar na pesquisa básica, mas sim se tornar mais competente aplicador de tecnologias e processos desenvolvidos alhures. Assim, são reduzidos, ainda mais, os recursos públicos destinados à educa-



A ocupação na USP pautou a imprensa em todo o país

ção superior (na comparação com outros países, o Brasil aplica um dos menores percentuais do PIB em educação, em torno de 3,5%) e encaminha políticas que violentam o preceito Constitucional da indissociabilidade entre o ensino/pesquisa/extensão, além de precarizar drasticamente as condições de trabalho e funcionamento das instituições. (...)

(...) Assim, o Andes-SN saúda e apoia as manifestações e ocupações de espaços universitários por membros de suas comunidades, especialmente os estudantes, que cumpram com seu papel histórico na defesa do patrimônio de toda a sociedade, que são as

universidades. Assim, é inaceitável qualquer iniciativa repressiva, uso de força policial ou punição dos participantes.”



Os estudantes do IA, em São Paulo, também ocuparam a unidade. A contratação de mais professores era um dos pontos centrais



Força do movimento levou reitores a abrirem negociações com os alunos

Se, de um lado, as reivindicações de cunho mais geral e político (como as relacionadas aos decretos) obtiveram conquistas, de outro, foi possível avançar em relação à assistência estudantil. Com o movimento em marcha, os estudantes das três universidades estaduais conseguiram forçar os reitores a negociar suas reivindicações mais seriamente. Em vários casos, por exemplo, as ocupações levaram à ampliação do número de moradias.

O Cruesp também se viu forçado a encarar o movimento estudantil de um jeito novo: com respeito. Pela primeira vez, as representações dos alunos participaram ofi-

cialmente das negociações entre Fórum e Cruesp. No dia 17 de junho, houve uma reunião entre a equipe técnica do Cruesp e o Fórum das Seis (aí inseridos os alunos) para discutir as reivindicações do segmento.

A reunião mostrou que há uma grande disparidade entre as ações e critérios para a assistência estudantil nas três universidades. A Unesp, por exemplo, coloca indevidamente nesta rubrica a subvenção dos diretórios acadêmicos e algumas bolsas. Ao final da reunião, foram definidos alguns princípios: a assistência estudantil deverá existir em todas as unidades e de forma isonômica entre as três universidades.

ARARAQUARA

Truculência inaceitável, debate necessário

Adunesp repudia a criminalização do movimento e mantém-se na busca do necessário diálogo

Na calada da madrugada de 20 de junho, por volta de 2h30, a pedido do diretor da FCL de Araraquara, Cláudio Gomide, 180 policiais da tropa de choque, armados de cassetetes e bombas de gás, desalojaram os cerca de 120 estudantes que ocupavam a diretoria, numa demonstração de truculência que

remete aos obscuros tempos da ditadura militar, da qual a Adunesp discorda integralmente.

Não por coincidência, a ação ocorreu um dia depois de circular na Unesp uma nota da reitoria sobre as ocupações. “Não discutiremos reivindicações sob



Polícia no campus: triste pioneirismo em Araraquara

convicções. “Em último caso, um diretor deve apoiar-se na comunidade que o elegeu e nunca se voltar contra ela”.

Se, de um lado, a “orientação” da reitoria quanto às ocupações foi clara, como ficou demonstrado na nota oficial de 19/6, cumpri-la foi uma decisão política. O fato é que, no conjunto das três universidades, apenas o campus de Araraquara colocou-a em prática.

No dia 29/6, quando esteve em Assis, questionado sobre o fato, o professor Macari resumiu a ópera: “Nós cumprimos nossa obrigação, que era dar uma orientação de conjunto, mas os diretores têm autonomia para agir como acharem correto.”

Violento é o governador

Logo no dia 21/6, a Adunesp e o Sintunesp divulgaram uma moção conjunta de repúdio ao ocorrido em Araraquara. O texto qualifica a atitude como um verdadeiro ataque à autonomia universitária, uma vez que coloca a resolução de questões internas à Universidade sob a tutela da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública.

“Com esta atitude, a reitoria da Unesp esvazia o seu discurso em defesa da democracia e da inclusão social”, acusa a moção. “Trata-se de mais uma manifestação perversa da herança antidemocrática do estado brasileiro, que freqüentemente recorre à força para resolver divergências políticas e contradições sociais”, conclui outro trecho.

“Se houve violência neste processo todo, ela partiu do governador, ao baixar decretos criminosos contra as universidades públicas de São Paulo”, reforça a professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, diretora da Adunesp.

Depois da tempestade, o diálogo

Antes, durante e depois dos acontecimentos, a Adunesp esteve sempre presente na busca do diálogo entre as partes, o que contribuiu decisivamente para que ocorresse uma reunião na prefeitura de Araraquara, no dia 26 de junho (*leia a Carta de Araraquara ao lado*). A reunião, que contou com a presença do prefeito local, do reitor Marcos Macari, do diretor da FCL, dos estudantes, da Adunesp e do Sintunesp, possibilitou o diálogo entre as partes e trouxe avanços à pauta específica dos alunos. Uma prova incontestável de que o diálogo era, sempre foi e continua sendo possível na resolução de qualquer impasse no interior da Universidade.

Carta de Araraquara

Em reunião realizada em 26 de junho de 2007, com a presença do Prefeito Edson Antônio Edinho da Silva, do Magnífico Reitor da Unesp, Professor Doutor Marcos Macari, do Diretor da FCL-CAR, Professor Doutor Cláudio Benedito Gomide de Souza, do Diretor da Faculdade de Farmácia e atual Presidente do Conselho Diretor do Campus de Araraquara, Professor Doutor Iguatemy Lourenço Brunetti, bem como representantes da Adunesp, Sintunesp e do Movimento Estudantil de Araraquara, foram debatidas acerca do momento pelo qual passa a FCL de Araraquara.

Com a concordância de todos os presentes, ficou assegurado o seguinte:

A) que a reitoria da Unesp, bem como as diretorias da FCL e da FCF reiteraram a sua crença no processo democrático e reconhecem a legitimidade do movimento estudantil na defesa das Universidades Públicas Paulistas;

B) que há consenso quanto ao não estabelecimento de qualquer processo de caráter punitivo, seja ele a abertura de sindicância ou o que for, contra o movimento de greve e de ocupação da diretoria da FCL de Araraquara, uma vez que, conforme declara o Diretor da Unidade, a desocupação ocorreu pacificamente e não houve qualquer dano ao patrimônio público;

C) que a partir desta reunião todos se comprometem a estabelecer fórum permanente de diálogo entre os segmentos da Universidade;

D) que o Diretor da FCL de Araraquara se compromete a colocar na pauta da Congregação extraordinária, a ser realizada sexta-feira, dia 29/06/2007, a discussão da Portaria 002/006, expedida em 14 de fevereiro de 2006;

E) a manifestação favorável, por parte do Reitor, quanto à revogação da Portaria 002/006, propondo que o Diretor leve essa posição à Congregação, mas ressaltando, porém o compromisso da

Reitoria de não ingerência nas decisões da unidade;

F) que seja reconhecida a paralisação dos alunos na elaboração do Calendário escolar de reposição de aulas.

Houve também consenso quanto aos avanços no diálogo interno entre os diversos segmentos que compõem a Universidade, tendo sido reconhecido por todos a importância da atitude da Prefeitura de Araraquara ao sediar essa discussão e anunciar, no final dela, a sua decisão de doar o terreno - ao lado da moradia da Unesp de Araraquara - para que possam ser construídos novos blocos.

Finalmente, todos reiteraram a sua crença na importância das Universidades Públicas Paulistas aqui representadas pelo Campus da Unesp em nossa cidade, e a disposição de lutar para que se consolide de forma, cada vez mais profunda, uma convivência democrática e o diálogo construtivo entre todos os setores que compõem a Universidade.

. Dr. Edson Antônio Edinho da Silva, Prefeito de Araraquara

. Prof. Dr. Marcos Macari, Reitor da Unesp

. Prof. Dr. Cláudio Benedito Gomide de Souza, Diretor da FCL-CAR

. Prof. Dr. Iguatemy Lourenço Brunetti, Diretor da FCF-Ar

. Dr. Milton Vieira do Prado Junior, Presidente da Adunesp

. Dr. João da Costa Chaves Junior, Secretário Geral da Adunesp

. Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi, convidada pela Adunesp

. Sr. Alberto de Souza, Coordenador Político do Sintunesp

. Sr. Aluizio Monteiro Junior, convidado pelo Sintunesp

. Sra. Júlia Maria de Siqueira Eid, Representante Discente da FCL-CAR

. Sra. Lara de Mendonça Spoto, Representante Discente da FCL-CAR

. Sra. Camila Pereira Abreu, Representante Discente da FCL-CAR

Mais realista do que o rei

Para o professor João da Costa Chaves Júnior, dirigente da Adunesp e ex-diretor do campus de Assis entre 1999 e 2003, nada justifica a atitude tomada em Araraquara, nem mesmo uma possível pressão da reitoria. Ele explica que, estatutariamente, não há hierarquia entre diretores e reitor. “O que existe são escolhas políticas”, resume. O ex-diretor do campus de Assis reconhece que podem ocorrer pressões políticas e financeiras, explicitamente ou nas entrelinhas, mas que ninguém é obrigado a fazer nada que fira suas

ENTREVISTA

O que é diálogo? O que é violência?

As ocupações e greves estudantis nas três universidades estimularam o debate sobre questões importantes. Dos opositores ao movimento – entre eles, governo e reitorias – vieram acusações de “uso da violência”, “quebra do diálogo”, “intolerância” etc. Para a socióloga Maria Orlanda Pinassi, professora no campus de Araraquara, não é possível “quebrar” o que não existe. “Nunca houve diálogo”, diz. “Houve, sim, indiferença e intolerância com os estudantes”.

Questionada se uma ocupação poderia ser qualificada como um ato violento, ela faz um paralelo com as relações tensionadas entre o Estado e as parcelas crescentes da população sem terra, sem teto, sem

trabalho, sem instituições que as incluam e, portanto, sem direitos. “A democracia tão propagada não as considera”, critica a docente. “Guardadas as devidas proporções, as ocupações estudantis que ocorreram este ano têm as mesmas características, ou seja, as universidades públicas ampliam as possibilidades de acesso, por mérito, de estudantes de baixa renda, mas ignoram as necessidades também ampliadas de políticas sociais

que garantam a sua permanência”.

Na Unesp desde 1988 e há sete anos em Araraquara, a professora Maria Orlanda acompanhou de perto a entrada da PM na madrugada de 20 de junho. Ela lembra que, no ano passado, apoiou a luta dos estudantes pela manutenção e ampliação da moradia estudantil diante do crescimento da demanda. “Segundo eles, os problemas começaram quando, ao contrário do que reivindicavam, a congregação da FCL votou pelo fim da moradia”, conta. Depois disso, o campus vivenciou uma série de protestos contra a decisão, que culminaram com a abertura de sindicância contra alguns alunos.

A docente enfatiza que, a partir destes fatos, começou a haver uma “demonização” dos discentes por parte de alguns professores e da direção local. “Os ânimos se acirraram muito e foi esse o clima que enfrentamos

quando a Adunesp local convocou-nos para uma assembléia na qual discutiríamos a pauta com os polêmicos decretos e a Secretaria de Ensino Superior criados pelo Serra”, relata. “Alguns docentes se negavam peremptoriamente a ouvir os estudantes, algo incompreensível, na medida em que, na pauta deles, muitos tópicos, se atendidos, beneficiariam os próprios professores, como é o caso de mais contratações em RDIDP”.

A socióloga ressalta que, em sua vida acadêmica, sempre viu os estudantes como aliados. “Em todas as outras ocasiões de luta que enfrentei, e olha que eu já estava na Unesp de Botucatu quando foi decretada a longa e vitoriosa greve de 88, as assembléias eram conjuntas e feitas com muito congraçamento e afetividade, já que todos nós lutávamos pelas mesmas coisas. Talvez seja o caso mesmo de rememorar esses momentos tão bonitos da Universidade para tentar conviver com o atual estranhamento.”

A seguir, acompanhe os principais trechos da entrevista concedida ao jornal da Adunesp:

Adunesp Informa - Muitos criticam o movimento estudantil por haver rompido o diálogo ao promover ocupações, como no caso específico de Araraquara. Qual é a sua opinião a respeito?

Maria Orlanda Pinassi - Qual diálogo, eu lhe pergunto? Nunca houve diálogo. Houve, sim, indiferença e intolerância com os estudantes. Apesar dos pesares, se concordamos ou não com as ocupações, foi a partir delas que o diálogo começou a ser estabelecido e, sinceramente, espero que permaneça.

AI - A ocupação estudantil é um ato de violência, como alguns qualificam, ou uma arma legítima do movimento, como advogam outros?

Maria Orlanda - Eu acredito que seja uma estratégia legítima quando os movimentos sociais e estudantis encontram os limites postos pelas instituições democráticas. Esse, a meu ver, é o grande dilema das relações tensionadas entre o Estado e as parcelas crescentes da população sem terra, sem teto, sem trabalho, sem instituições que as incluam e, portanto, sem direitos. A democracia tão propagada não as considera, por isso é que as ocupações acabam sendo absolutamente legítimas desses homens, mulheres, crianças, velhos, desprovidos do direito de reivindicar direitos, serem ouvidos.



A socióloga e professora da Unesp Maria Orlanda

Guardadas as devidas proporções, as ocupações estudantis que ocorreram este ano têm as mesmas características.

AI - Como podem ser comparadas?

Maria Orlanda - As universidades públicas ampliam as possibilidades de acesso, por mérito, de estudantes de baixa renda, mas ignoram as necessidades também ampliadas de políticas sociais que garantam a sua permanência. Contraditoriamente, as moradias estão em extinção. As bols

as de demanda social precisam ser escolhidas: ou o aluno come, ou ele mora. Garantir-lhe as duas coisas, nem pensar, é puro luxo querer as duas coisas. Ao mesmo tempo, acredito que esteja ocorrendo um processo muito perverso nesta história toda: os auxílios, quando concedidos, convertem-se em bolsas-trabalho e os alunos carentes em estagiários. Eu diria que isso é a mais completa precarização do trabalho utilizado nas universidades públicas, que há muito não contemplam a necessidade de contratação para ampliar seus quadros de professores e de funcionários. Enfim, pode-se até considerar o ato ilegal, mas ele é legítimo e muito justo.

AI - Em seu ponto de vista, é positiva a reunião promovida na seqüência dos acontecimentos, que culminou com a “Carta de Araraquara”?

Maria Orlanda - Com toda a certeza, houve ganhos para todos. Aos estudantes, porque amadureceram muito nesse processo e aprenderam a negociar com muita grandeza. Aliás, é muito importante dizer aqui que, nesta reunião, o movimento estudantil estava representado por quatro alunas que defenderam brilhantemente a sua pauta de reivindicações. Às autoridades da Universidade, representadas ali pelo reitor, os diretores da FCL e da Farmácia, porque aprenderam que o diálogo é o melhor caminho para uma convivência respeitosa da comunidade acadêmica. À Adunesp e ao Sintunesp, porque reiteraram, neste episódio, o verdadeiro significado da mediação não cooptada e da dignidade que devem pautar o papel das representações de classe.

AI - Ao final destes fatos todos, seu balanço é positivo...

Maria Orlanda - O balanço que eu faço disso tudo é positivo, principalmente pelo renascimento e o amadurecimento do movimento estudantil, que podem pôr fim ao marasmo e ao conformismo que pareciam predominar entre os estudantes, funcionários e, principalmente, professores. Mas, sinto que será preciso ainda muito esforço e cuidado de todas as categorias envolvidas, a fim de garantir a continuidade daquele diálogo que apenas começou.



"O renascimento e o amadurecimento do movimento estudantil podem pôr fim ao marasmo e ao conformismo que pareciam predominar entre os estudantes, funcionários e, principalmente, professores!"
(Maria Orlanda Pinassi)

PREVIDÊNCIA

Serra passa por cima do debate e aprova a SPPrev

No dia 28 de maio, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 30, enviado pelo governador. Está criada, portanto, a São Paulo Previdência (SPPrev), entidade que passa a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM).

O PLC 30 foi motivo de uma expressiva mobilização do funcionalismo. No dia 25 de abril de 2007, por exemplo, cerca de 20 mil pessoas realizaram uma grande manifestação em frente à Alesp. Entre as denúncias, estava a exclusão da SPPrev de parcela significativa do funcionalismo (os contratados sem concurso, com base na Lei 500, de



13/11/1974, e os Admitidos em Caráter Temporário, os chamados professores ACT's das escolas da rede estadual).

Diante da reação dos trabalhadores,

o governo recuou neste ponto e, no dia 27 de abril, divulgou um substitutivo ao PLC 30, incluindo os "excluídos".

Mas o projeto aprovado – agora transformado na Lei Complementar 1.010, sancionada pelo governador em 1º/6 – conserva vários problemas, que podem significar sérios prejuízos aos servidores. A Alesp também aprovou o PLC 31, que trata das pensões, mas este ainda aguarda sanção de Serra. O PLC 31, inclusive, reduz em até 30% o valor da pensão aos dependentes de servidor falecido.

As assessorias jurídicas das entidades sindicais do funcionalismo, entre elas a da Adunesp, estão estudando a nova legislação e devem divulgar um material explicativo tão logo seja sancionado o PLC 31.

As alíquotas

Uma das preocupações reside nas alíquotas. A lei que criou a SPPrev não regulamenta as condições básicas de desconto mensal das alíquotas de ativos e inativos. Apenas define quem vai administrar o sistema de aposentadorias e pensões dos servidores públicos. O PLC 31 fixa o valor em 11%, mas isso pode ser alterado mediante nova lei.

Na última edição do **Adunesp Informa**, o ex-docente da

Na foto acima, à esquerda, e ao lado, manifestação do funcionalismo em frente à Assembleia Legislativa, no dia 25 de abril, que reuniu mais de 20 mil pessoas.

Acima, ato público convocado pelo Fórum das Seis, em auditório da Alesp,

no dia 17 de maio

Governo federal prepara o cenário para nova Reforma da Previdência

Se depender do governo Lula e dos grandes empresários, novos ataques serão desferidos contra a previdência. Embora ainda não haja nenhuma proposta formalizada, já circulam "sugestões" como:

- Elevar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos;
- Desvincular o valor das aposentadorias do salário mínimo, o que levaria ao rebaixamento ainda maior dos benefícios;
- Acabar com a aposentadoria especial dos professores (somente os do ensino básico ainda mantêm esse direito);
- Acabar com a possibilidade da mulher se aposentar cinco anos antes do homem, como se a dupla ou tripla jornada não fosse uma realidade para a maioria das trabalhadoras;
- Acabar com a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Se aprovadas, essas mudanças se aplicariam tanto aos empregados da iniciativa privada, quanto aos servidores federais, estaduais e municipais. Na verdade,

o que o governo pretende com estas medidas é diminuir cada vez mais os gastos com aposentadoria e saúde, para poder gastar mais com os juros da dívida interna e externa que são pagos aos banqueiros.



PREVIDÊNCIA

As principais dúvidas sobre a SPPrev

O jornal da Adunesp fez um apanhado das dúvidas mais freqüentes dos docentes e submeteu-as à advogada Lara Lorena, da assessoria da entidade. Acompanhe os esclarecimentos:

A SPPrev aplica-se a todos os servidores?

Aplica-se somente aos servidores efetivos, aqueles cujas atribuições estejam definidas em estatutos ou normas estatutárias e que tenham sido aprovados por meio de concurso público ou de provas de seleção equivalentes. No caso da Unesp, por exemplo, aplica-se aos estatutários. Quem foi contratado pela CLT continua no regime geral da Previdência (INSS).

A SPPrev se responsabilizará apenas pelo pagamento das aposentadorias ou também estão previstas as pensões?

Não haverá mais diferença para pagamento entre pensão ou aposentadoria. Tudo passa a fazer parte de um sistema de previdência, no caso, a SPPrev. A Universidade continuará recolhendo 11% do servidor, a título de contribui-

ção previdenciária, o mesmo que recolhe atualmente. Esse valor será repassado à SPPrev, que fará a cobertura dos benefícios, tanto aposentadoria quanto pensão, além dos outros previstos na lei (salário família, auxílio reclusão, auxílio funeral). O gasto novo é que o Estado também tem que contribuir, coisa que nunca fez, embora a Constituição já determinasse.

O texto da nova lei diz que o governo deverá contribuir com 22% para a SPPrev.

As universidades terão que fazer o mesmo?

Sim, de acordo com o parágrafo único do art. 32 da LC 1.010, combinado com art. 2º caput da Lei Federal 9.717/98. Em documento enviado à reitoria da Unesp, a Adunesp questiona como isso pode ser viabilizado sem gerar o caos nas já apertadas contas das universidades. O reitor não respondeu.

Os ingressantes no serviço público após 2003 terão um teto de aposentadoria de R\$ 2.894,00 (valor atual), mas eles vêm contribuindo com 11% do salário integral. A LC 1.010 não especifica como será regularizada essa situação. Para se aposentarem com valores acima do teto, eles teriam que recorrer aos fundos complementares?

A situação dos ingressantes pós-2003 já é um dispositivo constitucional, decorrente

da Emenda Constitucional 41/03. O regime passou a ser solidário e contributivo e com a instituição do teto. Quem quiser se aposentar com valor superior ao teto, após o ingresso em 2003, deverá recorrer-se da previdência complementar, esta sim ainda sem regulamentação. A LC 1.010 não trata de previdência complementar.

No caso dos contratados antes de 2003, está garantida a integralidade?

A assessoria jurídica da Adunesp explica que a instituição da SPPrev não altera em nada os requisitos constitucionais para concessão de aposentadoria, pois não tem força jurídica para isso. Os contratados antes de 2003 continuarão contribuindo com 11% sobre o salário integral e poderão se aposentar com a integralidade, desde que preencham os requisitos constitucionais para aposentadoria. Este é um ponto em que permanecem muitas dúvidas entre os servidores e, por isso, os advogados das entidades sindicais, entre eles os da Adunesp, estão estudando minuciosamente a questão e deverão divulgar um material explicativo em breve.

Quando começa a funcionar efetivamente a SPPrev?

A criação da SPPrev entra em vigor na data da publicação da LC (01/06/2007) e tem dois anos para estar em funcionamento pleno.

Serra: Início de governo atacando as universidades e a previdência dos servidores. Mas a luta não acabou...



Os fatos que marcaram o movimento

Passeatas, manifestações, assembleias, ocupações estudantis... 2007 já entrou para a história da luta em defesa das universidades estaduais paulistas, de seus docentes, servidores e estudantes. O movimento, que foi destaque na grande imprensa, colocou na ordem do dia os ataques desferidos pelo governo e expôs a omissão e a cumplicidade dos reitores.

Na cronologia a seguir, acompanhe os principais momentos:

1º de janeiro: Serra publica os primeiros decretos

Em seu dia inaugural de governo, Serra assina o decreto 51.460, que cria a Secretaria de Ensino Superior (que passa a agrupar as universidades) e transforma a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico em Secretaria de Desenvolvimento (que reúne a Fapesp e o Centro Paula Souza). Também assina o 51.461, alterando a composição do Cruesp e acabando com o rodízio dos reitores na presidência.



2 de janeiro: novo decreto

Serra baixa o decreto 51.471, suspendendo por tempo indeterminado todas as contratações no serviço público.

31 de janeiro: o primeiro recuo

Diante da reação negativa da comunidade acadêmica, o governo recua quanto à composição do Cruesp e emite o decreto 51.535, restabelecendo a presidência do órgão aos reitores.

17 de abril: Fórum das Seis protocola a pauta

Em meio a um ato público, o atual presidente do Cruesp e reitor da Unicamp, professor Tadeu Jorge, recebe a Pauta Unificada de Reivindicações da data-base 2007.



25 de abril: um grande protesto contra a SPPrev

Mais de 20 mil funcionários públicos, em sua maioria professores da rede estadual, protestam em frente a Assembleia Legislativa de São Paulo, durante audiência pública convocada para discutir a criação da SPPrev. O presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Júnior, é um dos representantes sindicais a usar a palavra para denunciar a tentativa do governo de aprovar, a toque de caixa, um projeto que traria mudanças sérias para a previdência do funcionalismo.



3 de maio: começa a ocupação na USP

Após o não comparecimento da reitora Suely Vilela a uma audiência que discutiria os decretos de Serra, os estudantes da USP decidem ocupar a reitoria da universidade. Eles pedem a revogação dos decretos e o atendimento das reivindicações estudantis (assistência, contratação de professores etc).



10 de maio: a primeira negociação

Alegando falta de informações sobre a arrecadação do governo, os reitores não apresentam nenhuma proposta salarial. Do lado de fora, novo ato de servidores, docentes e estudantes.

23 de maio: um dia de luta contra as reformas neoliberais

Os estudantes, docentes e servidores da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza são presença de peso no Dia Nacional de Mobilização, convocado pela Conlutas e outras entidades sindicais e populares. Em São Paulo, uma passeata pela avenida Paulista reúne 10 mil pessoas.

24 de maio: a segunda negociação

Com a greve deflagrada entre os servidores da USP e em algumas unidades da Unesp, os reitores apresentam uma primeira proposta salarial: reajuste de 3,37%, índice referente à inflação medida pela FIPE nos últimos 12 meses. Nada de política salarial.

30 de maio: o Decreto Declaratório

O governo acusa o baque e divulga o Decreto Declaratório 1, recuando em vários pontos dos decretos assinados no início do ano e que comprometiam a autonomia das universidades.



31 de maio de 2007: um dia para ficar na história de São Paulo

Uma grande passeata, com cerca de oito mil estudantes, professores e servidores das três universidades e do Centro Paula Souza, deixa o campus da USP em direção ao Palácio do Governo. Da Unesp, chegam dezenas de ônibus do interior. Os manifestantes são recebidos com um “paredão” de cerca de 400 policiais, que os impedem de chegar ao Palácio. Eles gritam: “Ô Serra, seu farsante, na ditadura fingiu que era estudante!”, desmoralizando o fato de o atual governador de São Paulo ter presidido a UNE nos anos 60.



6 de junho: a terceira negociação

Frente à mobilização nas universidades, pela primeira vez os reitores acenam com uma proposta de política salarial, comprometendo-se a conceder uma parcela fixa nos salários em outubro, caso a arrecadação do ICMS supere os patamares previstos pelo governo.

15 de junho: marcha à Secretaria de Ensino Superior

Mais de dois mil servidores paulistas, em sua maioria estudantes, docentes e funcionários das universidades e do Centro Paula Souza,

fazem uma passeata da av. Paulista até a Secretaria de Ensino Superior, transformada em símbolo dos ataques de Serra à educação.



Gentileza: Aluizio Monteiro Jr.

18 de junho: reitores suspendem negociação

Usando como pretexto a ocupação de uma diretoria da Unicamp (DAC) pelos estudantes, o Cruesp suspende a quarta negociação com o Fórum.

20 de junho: tropa de choque ocupa a Unesp

Na calada da madrugada, a pedido do diretor da FCL/Araraquara, Cláudio Gomide, a tropa de choque da Polícia Militar entra no campus para desalojar estudantes desarmados e pacíficos. O uso da truculência e do arbítrio, numa afronta à autonomia universitária, sofre repúdio generalizado.



26 de junho: última assembléia aprova volta ao trabalho

Em assembléia conjunta, cerca de 700 professores, servidores e docentes aprovam a volta ao trabalho no campus de Bauru. Nos demais campi, a saída organizada da greve já havia sido aprovada em assembléias realizadas nos dias anteriores.